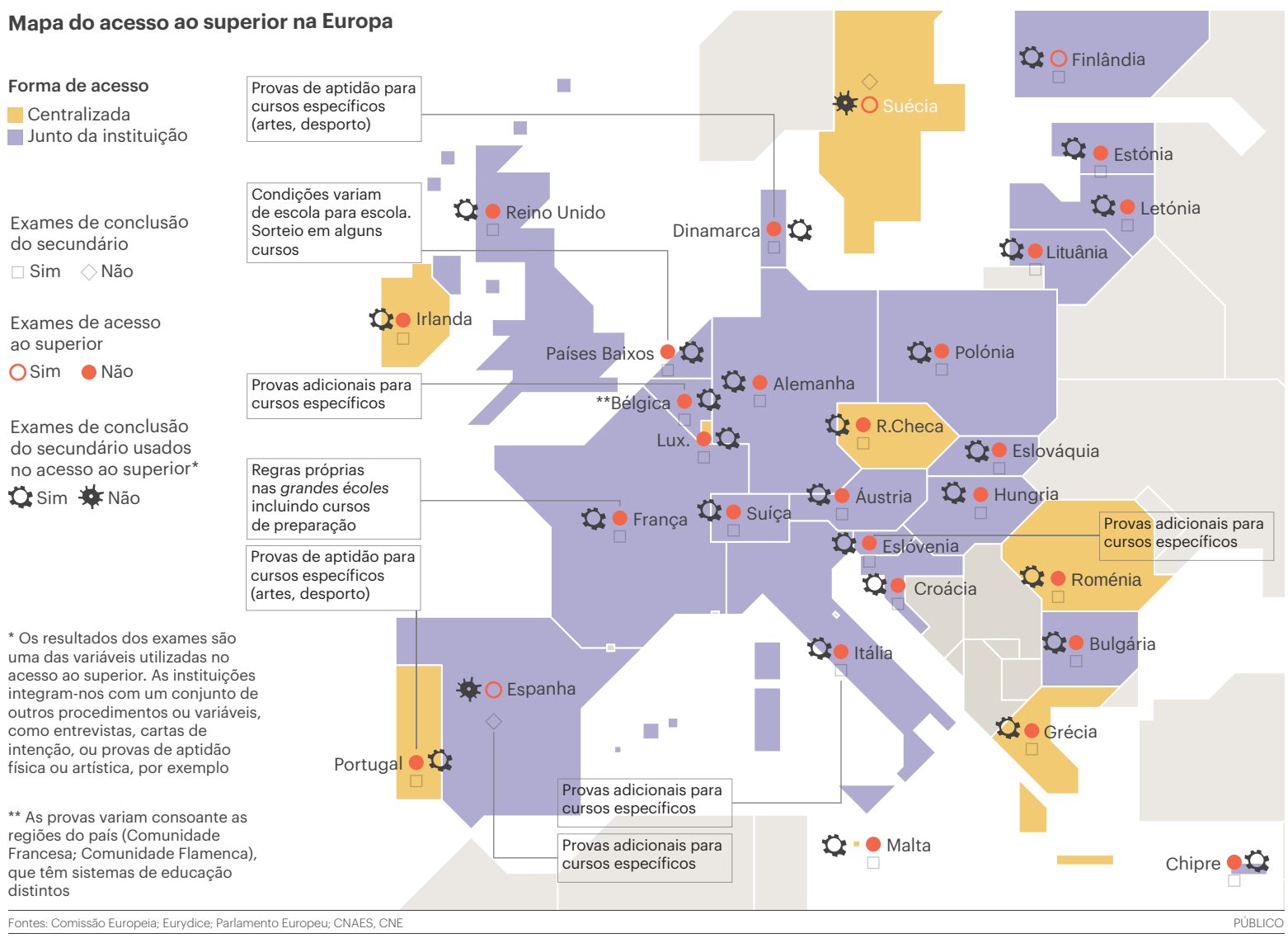

* Os resultados dos exames são uma das variáveis utilizadas no acesso ao superior. As instituições integram-nos com um conjunto de outros procedimentos ou variáveis, como entrevistas, cartas de intenção, ou provas de aptidão física ou artística, por exemplo

** As provas variam consoante as regiões do país (Comunidade Francesa; Comunidade Flamenca), que têm sistemas de educação distintos

Fontes: Comissão Europeia; Eurydice; Parlamento Europeu; CNAES, CNE

PÚBLICO

Portugal será dos poucos a não ter exames para conclusão do secundário

Provas de fim de ciclo servem também para ordenar candidatos ao ensino superior na maioria dos sistemas de ensino europeus, tal como acontece em Portugal desde os anos 1990

Samuel Silva

Se os exames nacionais deixarem de ser obrigatórios para a conclusão do ensino secundário, como está a ser proposto pelo Governo, Portugal passará a ser um dos poucos países europeus sem uma avaliação nacional no fim desse ciclo.

A proposta a que o PÚBLICO teve acesso prevê que as classificações internas dos alunos no final do secundário deixam de reflectir o "efeito dos resultados dos exames". Ou seja, as provas finais deixam definitivamente de ser obrigatórias para a conclusão do 12.º ano, tal como já tinha acontecido nos últimos anos, devido às regras extraordinárias aprovadas para responder aos impactos da pandemia no ensino.

No dia anterior, no Parlamento, o ministro da Educação, João Costa, tinha avançado que o novo modelo de acesso ao ensino superior iria introduzir uma "distinção entre o que é a certificação do ensino secundário e o acesso ao ensino superior", em linha com o que constava do Programa do Governo.

Na Europa, a generalidade dos países tem exames de conclusão do secundário – *Baccalauréat* em França, *Abitur* na Alemanha ou *Matura* em boa parte dos países do Leste europeu. Tal como também aconteceu desde os anos 1990 em Portugal, estes são um dos indicadores essenciais para determinar as possibilidades de acesso dos alunos ao superior.

A excepção é a Suécia, que, na década de 1960, aboliu o exame estatal de conclusão do ensino secundário. No entanto, para aceder ao superior, os estudantes suecos têm de responder a uma prova de acesso (*SwaSAT*), com 160 perguntas de escolha múltipla. Em Espanha e na Finlândia também são realizados exames específicos para acesso ao superior.

No país vizinho, o Governo prepara-se igualmente para fazer mudanças no acesso ao ensino superior. No Verão, foi apresentada uma nova *Selectividad*, reduzindo em alguns casos para metade o número de exames que cada aluno terá de fazer – passam a ser entre quatro e seis provas por aluno, ao passo que actualmente podem chegar a nove. Além disso, é introduzida uma prova de maturidade académica, mais focada em competências, aproximando-se do modelo dos testes PISA (Programme for International Student Assessment) da OCDE.

57%

Pouco mais de metade dos alunos que chegam ao ensino superior em Portugal entra pelo concurso nacional de acesso

"Alto risco"

Têm sido vários os países europeus a manter, nos últimos anos, debates sobre o modelo de acesso ao ensino superior. Os exames de conclusão do ensino secundário "têm cada vez mais funções, que podem entrar em conflito entre si, o que está a ter efeitos negativos nos sistemas de admissão no ensino superior", sublinhava um estudo sobre os sistemas de admissão publicado pela Comissão Europeia em 2017, com coordenação do investigador Dominic Orr, que trabalha na Eslovénia, citando professores de diferentes países que demonstravam esta preocupação.

Prossegue o mesmo relatório: "O alto risco do exame significa que a sua preparação supera todas as outras dimensões do ensino secundário, levando os professores a concentrarem-se demasiado na necessidade de curto prazo de ajudar os alunos a passar nos exames, em vez de aprofundar os estudos."

Em Portugal, o Conselho Nacional de Educação, apontava, em 2020, para a necessidade de "redução do peso dos exames nacionais" no acesso ao ensino superior. Desta forma, o ensino secundário seria "aliviado da pressão" que o ingresso no ensino superior actualmente provoca e poderia "concretizar a sua vocação de formação terminal", defendia aquele órgão consultivo da Assembleia da República.

Actualmente, as provas finais do 11.º e 12.º anos contam duplamente para o ingresso nas universidades e politécnicos, contribuindo para calcular a nota final de frequência do ensino secundário e também como provas específicas. A intenção do Governo é que elas passem a ser usadas apenas para efeitos de acesso ao ensino superior, pesando pelo menos metade da nota de entrada numa licenciatura.

Se as mudanças agora propostas pelo Governo forem implementadas, o modelo nacional passará a ser duplamente excepcional no contexto europeu. Não só será dos poucos em que deixa de haver provas de certificação do ensino secundário, como é minoritário o seu carácter centralizado, em que os candidatos entram num concurso nacional e uma única entidade distribui os candidatos pelas diferentes instituições.

Seis outros países têm um sistema semelhante – ainda que haja diferenças de país para país. A Suécia, por exemplo, tem também concursos locais. De resto, mesmo em Portugal, o concurso nacional de acesso representa apenas 57% de todas as entradas no ensino superior. Os restantes entram por outras vias, como, por exemplo, através de concursos especiais em que têm de prestar provas de aptidão (cursos de artes e desporto, nomeadamente).

Pergunta e resposta Quantos exames terei de fazer? E quanto valem para a média?

Quantos exames nacionais do ensino secundário são feitos hoje e quantos vão passar a fazer-se?
Até 2020, os estudantes do ensino secundário faziam quatro exames nacionais: a Português, à disciplina trienal da componente de formação específica e a duas disciplinas bienais da componente de formação específica. Nos últimos três anos, por causa da pandemia, os estudantes tiveram apenas de responder às disciplinas específicas definidas por cada curso — em média, cada aluno fez 1,7 provas no ano passado. Essa regra vai manter-se ainda no ano lectivo em curso. No modelo que será lançado a partir de 2024, passam a ser obrigatórias pelo menos três provas para quem quiser prosseguir para o ensino superior.

O exame de Português tem de ser feito por todos os alunos?
Sim. O novo modelo de acesso ao ensino superior prevê que todos os alunos façam exame a Português, bem como à disciplina trienal da componente de formação específica da respectiva via do ensino secundário. Além disso, será necessário fazer pelo menos uma prova específica — estas continuam a ser definidas pelas instituições de ensino superior.

Quanto vão passar a contar os exames para a nota final do ensino secundário?
Nada. Deixando de ser obrigatórios para a conclusão do ensino superior, os exames deixam de ter impacto na classificação final dos alunos no ensino secundário, ou seja, na nota interna que depois é usada para calcular a média de ingresso no superior.

E quanto valem na média de ingresso no ensino superior?
Os exames nacionais passam a pesar pelo menos metade da nota de ingresso — actualmente valem pelo menos 35%. Em sentido contrário, a classificação final do ensino secundário, que até aqui pesava pelo menos 50%, passará a ter um impacto mínimo de 35% na nota de ingresso. A fórmula inclui ainda 15% reservados a cursos em que são pedidos pré-requisitos aos candidatos, como nas áreas artísticas, por exemplo.

O calendário do concurso nacional de acesso também muda?
Todo o calendário do ingresso no ensino superior será antecipado. Os resultados da 1.ª fase de colocações serão conhecidos a 27 de Agosto, duas semanas mais cedo do que o habitual. Os resultados da 2.ª e 3.ª fases também serão antecipados, neste caso em 22 dias. Nesse sentido, o Governo antecipa todo o calendário prévio. A fixação das vagas de cada curso passa a acontecer em Março, três meses antes do que até aqui acontecia. Já o despacho orientador de fixação de vagas terá uma vigência bienal, permitindo uma gestão plurianual e antecipada das vagas em cada instituição.

Que contingentes especiais de acesso ao ensino superior existem? Haverá mudanças?
Existem cinco contingentes especiais para acesso ao ensino superior, que têm uma determinada percentagem das vagas de cada curso reservadas para alunos com determinadas características. Vão manter-se os contingentes especiais para pessoas com deficiência (continuam a ter 4% das vagas da 1.ª fase ou, no mínimo, duas vagas por curso) e para candidatos emigrantes e lusodescendentes (até 7% das vagas iniciais, como já acontece). Uma das novidades é a introdução de um contingente especial para alunos muito pobres. O Governo prevê que os beneficiários do 1.º escalão do abono de família tenham reservado 1% dos lugares de cada curso em cada uma das fases do concurso nacional de acesso ou, pelo menos, uma vaga, nos cursos de menor dimensão.

Vai deixar de haver vagas destinadas a alunos dos Açores e Madeira?
Não, mas serão reduzidas. Cada um dos contingentes especiais para candidatos oriundos das regiões passará a ter 2% das vagas reservadas em cada curso, segundo a proposta. Hoje, estão guardados 3,5% dos lugares para alunos da Madeira e Açores. Já o contingente especial para militares deverá ser transformado em regime especial. **S.S.**

Elvira Fortunato, ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Peso dos exames aumenta

Novo modelo de acesso ao superior divide estudantes. Universidades privadas aplaudem

Samuel Silva

Entre aqueles que são militantemente contra a existência de exames nacionais e os que encontram algum "equilíbrio" na revisão do modelo de acesso ao ensino superior, a proposta que o Governo tem estado a discutir com os parceiros do sector provoca reacções divergentes entre os estudantes do ensino secundário. Já as universidades privadas e os politécnicos públicos avisam que o número de provas previstas pode afastar muitos alunos de um curso superior.

A primeira resposta dos estudantes do secundário é de "alívio", depois de o ministro da Educação ter anunciado que os exames deste ano lectivo servirão apenas como prova de ingresso no ensino superior, tal como aconteceu nos últimos três anos. "É muito bom sabermos já", começa por elogiar Melchior Alves, presidente da associação de estudantes da escola Secundária de Camões, em Lisboa. No ano passado, o Governo só anunciou uma decisão em Março.

Quanto à proposta de alteração ao modelo de acesso, que o Governo pretende começar a aplicar em 2024, Melchior Alves vê "equilíbrio". "Os exames devem existir", defende, embora considere que "deve existir a oportunidade" de os alunos fazerem escolhas sobre as provas que realizam, questionando a pertinência da existência de uma prova de Português obrigatória para todos.

Há também entre os estudantes quem defenda que se está a perder uma oportunidade para acabar, em definitivo, com os exames nacionais. "Somos ensinados para responder ao exame nacional e isso não vai mudar com o novo modelo", afirma Catarina Menor, estudante do 12.º ano da Escola Secundária de Casquilhos, no Barreiro, e dirigente do movimento Voz do Estudante. "É muito injusto que uma prova de três horas possa condicionar o trabalho de três anos", concorda Maria Gomes, da direcção da associação de estudantes da Escola Secundário Camilo Castelo Branco, em Vila Real, para quem a proposta do Governo, que prevê que as notas das provas do ensino secundário passem a valer pelo menos metade da nota de ingresso no ensino superior, "vai acentuar" essa dimensão.

Não foi possível obter uma reacção por parte da Confederação Nacional das Associações de Pais, que também esteve presente nas reuniões das últimas semanas com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

A Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (Aeep) não foi auscultada pelo Governo, ao contrário do que seria "razoável", avalia o seu director executivo, Rodrigo Queiroz e Melo. Ainda assim, os colégios privados estão "de acordo" com a decisão do Governo de acabar com o papel dos exames nacionais na conclusão do ensino secundário. "Como educadores agrada-nos, porque vai permitir que não estejamos tão focados nos exames."

A Aeep lamenta, porém, que não seja mantida "alguma forma de regulação externa" no ensino secundário, como provas de aferição, que permitam dar às escolas informação importante sobre o desempenho dos seus alunos e sobre os seus próprios projectos educativos.

Ainda que as principais medidas abranjam o concurso de acesso às universidades e politécnicos públicos, a proposta que está em cima da mesa merece elogios das universidades privadas. O presidente da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP), Almeida Dias, considera "a melhor solução" manter um modelo de ingresso semelhante ao que tem vigorado desde a década de 1990. "Qualquer modelo está sujeito a críticas, mas este já merece a confiança do público", valoriza.

O novo modelo prevê que todos os alunos tenham de realizar um exame nacional de Português

Mais exames, menos alunos

A APESP também "não vê problemas" na solução encontrada para o número de exames nacionais a realizar – cada aluno terá, no mínimo, de fazer três –, como medida "para garantir a qualidade daqueles que acedem" ao ensino superior. No entanto, alerta para o facto de que "há um efeito colateral" dessa solução "que é dificultar o acesso" de mais alunos ao ensino superior. O modelo dos últimos três anos coincidiu com três anos de recordes no número de colocados no concurso nacional de acesso, sempre acima dos 50 mil novos estuantes.

Maiores dificuldades na entrada no ensino superior podem "pôr em causa" as metas de qualificação da população com que o Governo português se comprometeu no Plano de Recuperação e Resiliência e no Horizonte 2030, avisa a APESP.

Este era também um dos aspectos apontados no parecer enviado ao MCTES pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. O modelo que vigorou nos últimos três anos "tem-se revelado eficaz no que concerne ao aumento das *coortes* de estudantes que anualmente ingressam pela via do concurso nacional de acesso, contribuindo desta forma para a qualificação dos portugueses e para o cumprimento das metas definidas pelo nosso país neste campo", alertavam os presidentes dos politécnicos. A proposta do Governo "acabará por produzir um efeito contrário". "Quantas mais provas forem exigidas, menor será o número de candidatos", prevêem.

RUI GAUDÊNCIO

Existe o risco de haver menos alunos a entrar no ensino superior